

Terceiro Oficial da Secretaria-Geral da Universidade de Lisboa de 9 de setembro de 1983 a 3 de junho de 1987;

Escriturário-Datilógrafo da Secretaria -Geral da Universidade de Lisboa de 5 de março de 1982 a 3 de junho de 1987;

Escriturário-Datilógrafo da Escola Secundária Olivais/Chelas, de 22 de dezembro de 1981 a 4 de março de 1982;

Contínuo de 2.ª classe na Secretaria da Escola Secundária Olivais/Chelas de 23 de janeiro de 1981 a 21 de dezembro de 1981;

Formação profissional:

Cursos específicos para o exercício de cargos de direção superior e intermédia da Administração Pública Central;

Curso de Formação Profissional CAGEP — Curso Avançado de Gestão Pública certificado pelo INA, Instituto Nacional de Administração Pública, no período de 16 de abril de 2007 a 30 de maio de 2007, (50 horas presenciais e 25 horas de *e-learning*), classificado com 17,1 valores;

Curso de formação profissional FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública certificado pelo INA, Instituto Nacional de Administração Pública, de 6 de fevereiro de 2006 a 28 de abril de 2006 (120 horas presenciais e 60 horas de *e-learning*), classificado com 14 valores.

Outra formação:

Frequentou e participou em diversas ações de formação profissional, seminários e jornadas ligadas à Administração Pública e às áreas de Recursos Humanos e Financeiros.

8/1/2016. — A Diretora, *Professora Doutora Matilde da Luz dos Santos Duque da Fonseca e Castro*.

209253305

Faculdade de Motricidade Humana

Despacho n.º 1029/2016

De acordo com o estabelecido no Despacho de Delegação de Competências relativas à Presidência de Júris de Provas de Doutoramento, Despacho n.º 15065/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 239 de 11 de dezembro, subdelego a presidência do júri das provas de doutoramento da Mestre Valéria de Assumpção Silva, no Doutor António Fernando Boleto Rosado, Professor Catedrático e Vice-Presidente do Conselho Científico.

6 de janeiro de 2016. — O Presidente do Conselho Científico, *Prof. Doutor Francisco José Bessone Ferreira Alves*.

209252828

Instituto de Educação

Despacho n.º 1030/2016

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 46.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, subdelego na Subdiretora deste Instituto Professora Doutora Maria João Mogarro, as seguintes competências que me foram delegadas pelo Senhor Reitor, através do Despacho n.º 15133/2013, de 20 de novembro de 2013:

a) Autorizar, nos termos legais e regulamentares a constituição e a cessação da relação de emprego público do pessoal docente especialmente contratado;

b) Praticar todos os atos administrativos inerentes aos concursos da carreira docente e de investigação, após a autorização de abertura de concurso e nomeação do júri pelo Reitor;

c) Admitir os candidatos opositores a concursos de recrutamento do pessoal docente;

d) Conceder a dispensa de serviço docente a que se refere o n.º 5 do artigo 77.º do ECDU;

e) Conceder licenças, autorizar pedidos de equiparação a bolseiro, deslocações em serviço e demais dispensas de serviço;

f) Reconhecer os acidentes de serviço e as doenças profissionais e autorizar as respetivas despesas;

g) Homologar os resultados da avaliação de desempenho do pessoal docente das respetivas Escolas, nos termos da alínea l), n.º 2 do artigo 74.º -A do ECDU;

h) Autorizar o exercício de atividades em regime de acumulação.

4 de janeiro de 2016. — O Diretor, *Prof. Doutor João Pedro Mendes da Ponte*.

209250608

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Instituto de Higiene e Medicina Tropical

Aviso n.º 626/2016

Faz-se público que o Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa pretende recrutar um trabalhador, na carreira e categoria de Técnico Superior, para exercer funções na Divisão de Gestão de Recursos Humanos, mediante mobilidade interna, nos termos do disposto nos artigos 92.º e seguintes da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP), publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

A oferta terá as seguintes características:

1 — Tipo de oferta: Mobilidade interna;

2 — Carreira/Categoria: Técnico Superior;

3 — Número de postos de trabalho: 1 (um) posto de trabalho.

4 — Prazo de candidatura: 10 (dez) dias úteis a contar da data da publicação da presente oferta de mobilidade no *Diário da República*;

5 — Remuneração:

5.1 — Na situação de mobilidade interna na categoria, a remuneração correspondente à posição e nível remuneratório detidos na categoria de origem. Na situação de mobilidade intercarreiras, quando a primeira posição remuneratória da categoria correspondente à função que o trabalhador vai exercer for superior ao nível remuneratório da primeira posição daquele de que é titular, a remuneração do trabalhador poderá ser acrescida para o nível remuneratório superior mais próximo daquele que corresponde ao seu posicionamento na categoria de que é titular, nos termos do n.º 3 do artigo 153.º da LTFP, conjugada com o n.º 3 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro;

6 — Caracterização do posto de trabalho: O trabalhador a recrutar destina-se a desenvolver atividade na Divisão de Gestão de Recursos Humanos do Instituto de Higiene e Medicina Tropical, cujas competências são as previstas no artigo 5.º do Regulamento de Serviços de Apoio Geral do IHMT publicado em anexo ao Despacho n.º 4888/2015, no *Diário da República* n.º 90, de 11.05.2015.

O posto de trabalho a concurso tem o conteúdo funcional correspondente à carreira/categoria de Técnico Superior, como definido no anexo à LTFP, cabendo-lhe nomeadamente:

Elaborar informações conducentes à tomada de decisão superior, designadamente em matéria de renovação de contratos;

Responder a inquéritos, designadamente SIOE, Balanço Social e outros;

Tramitar procedimentos concursais;

Elaborar e acompanhar o Plano de Formação;

Tramitar processos dos bolseiros de investigação científica;

Submeter pedidos de aposentação;

Processamento de remunerações, abonos e descontos;

Registo da assiduidade e pontualidade.

7 — Requisitos de Admissão: Possuir licenciatura e ser titular de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado.

8 — Perfil Pretendido: Experiência na área de recursos humanos, preferencialmente no Ensino Superior.

Constitui condição preferencial, não eliminatória, possuir conhecimento da aplicação informática SIAG — módulo RH, experiência na elaboração de resposta ao SIOE e demais inquéritos estatísticos, processamento de vencimentos e envio de ficheiros de descontos para as entidades devedoras.

9 — Local de trabalho: Instituto de Higiene e Medicina Tropical, sito na Rua da Junqueira, n.º 100, em Lisboa.

10 — Formalização das candidaturas:

10.1 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Diretor do Instituto de Higiene e Medicina Tropical, com a menção expressa da modalidade de relação jurídica que detém, a categoria, a posição e nível remuneratórios e o respetivo montante remuneratório.

10.2 — As candidaturas poderão ser entregues pessoalmente nas instalações deste Instituto ou remetida por correio registado para: Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa, Rua da Junqueira, n.º 100, 1349-008 Lisboa, ou por correio eletrónico para recursos@ihmt.unl.pt.

10.3 — Documentos que devem acompanhar o formulário de candidatura:

a) *Curriculum vitae* atualizado, datado e assinado, detalhado na área de atividade da referida mobilidade;

b) Documento comprovativo das habilitações literárias;

c) Outros documentos que o candidato considere relevante para a apreciação do seu mérito;

d) Fotocópia do Cartão do Cidadão ou do Bilhete de Identidade e cartão de contribuinte.

11 — Métodos de seleção: Avaliação curricular e entrevista profissional de seleção.

12 — Em caso de seleção, previamente ao recrutamento, o candidato será notificado e deverá entregar:

a) Declaração emitida pelo serviço a que pertence, devidamente atualizada, da qual conste a modalidade de relação jurídica de emprego público, a antiguidade, com a indicação da posição e nível remuneratório correspondente à remuneração auferida;

b) Declaração do serviço de origem, que ateste a inexistência de condenação em sanção disciplinar ou procedimento desta natureza a correr contra o candidato.

5 de janeiro de 2016. — O Diretor, *Prof. Doutor Paulo de Lyz Girou Martins Ferrinho*.

209251078

Despacho (extrato) n.º 1031/2016

Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 4 da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, informa-se que cessaram a relação jurídica de emprego público com o Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa, os investigadores Marcelo de Sousa Silva e Sónia Chavarria Centeno Lima, por caducidade, com efeitos a 31 de dezembro de 2015.

7 de janeiro de 2016. — O Diretor, *Prof. Doutor Paulo de Lyz Girou Martins Ferrinho*.

209251045

Despacho (extrato) n.º 1032/2016

Por meu despacho de 18/12/2015, no uso de competência delegada no n.º 1.1 do despacho de delegação de competências do Senhor Reitor da Universidade Nova de Lisboa, publicado através do Despacho n.º 13180/2013, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 199, de 15 de outubro de 2013, informo que foi autorizada a renovação do contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, sem remuneração, por um ano, como Professor Auxiliar Convitado, Doutor António Carlos Gerbase, ao abrigo do artigo 32.º-A do Estatuto da Carreira Docente Universitária, para o exercício de funções no Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa, com efeitos a 1 de outubro de 2015.

7 de janeiro de 2016. — O Diretor, *Prof. Doutor Paulo de Lyz Girou Martins Ferrinho*.

209251012

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Despacho (extrato) n.º 1033/2016

Por despacho de 14 de dezembro de 2015 do Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro:

Doutora Sandra Cristina Alves Pereira da Silva Cunha — autorizada a celebração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado como Professora Auxiliar desta Universidade, sendo remunerada pelo escalão 1 — índice 195 da tabela remuneratória aplicável aos docentes universitários, com efeitos a 17 de junho de 2016, no seguimento da contratação anteriormente efetuada ao abrigo do Estatuto da Carreira Docente Universitária.

8 de janeiro de 2016. — A Diretora dos Serviços de Recursos Humanos, *Eliana da Costa Barros*.

209251556

SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO

Aviso (extrato) n.º 627/2016

Nos termos do disposto no artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por despacho de 18 de dezembro de 2015 do Administrador dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho, a trabalhadora Regina Maria Ribeiro Mota, concluiu com sucesso e a avaliação final de 13,29 valores, o período experimental, na sequência da celebração com estes Serviços de Ação Social, do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na categoria e carreira de assistente operacional.

7 de janeiro de 2016. — O Administrador para a Ação Social, *Carlos Duarte Oliveira e Silva*.

209251629

Aviso (extrato) n.º 628/2016

Nos termos do disposto no artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por despacho de 18 de dezembro de 2015 do Administrador dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho, a trabalhadora Maria do Sameiro Monteiro Figueiredo, concluiu com sucesso e a avaliação final de 13,21 valores, o período experimental, na sequência da celebração com estes Serviços de Ação Social, do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na categoria e carreira de assistente operacional.

7 de janeiro de 2016. — O Administrador para a Ação Social, *Carlos Duarte Oliveira e Silva*.

209251589

SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Aviso n.º 629/2016

Procedimento concursal comum para o preenchimento de dois postos de trabalho na carreira e na categoria de assistente operacional, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para o Setor de Cantinas, Cafetarias e Bares do Gabinete de Alimentação dos SASNOVA.

Nos termos do artigo 33.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, na sequência do despacho de autorização de 06 de janeiro de 2016, do Reitor da Universidade Nova de Lisboa, Professor Doutor António Bensabat Rendas, torna-se público que se encontra aberto procedimento concursal comum, para a contratação de dois assistentes operacionais em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Legislação aplicável: Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, diploma que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, com a retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto (doravante designada por LTFP), Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril (doravante designada por Portaria), Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, diploma que aprovou o Orçamento de Estado para 2015 (doravante designada por LOE 2015) e a Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro (diploma que aprovou a tabela remuneratória única) e o Código do Procedimento Administrativo.

Para efeitos previstos no artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, no artigo 265.º da Lei Geral do trabalho em Funções Públicas e no artigo 4.º da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) emitiu, a 5 de outubro de 2015, a declaração de inexistência de trabalhadores em situação de requalificação com o perfil adequado ao exercício das funções identificadas como necessárias para o posto de trabalho em causa.

Para os efeitos do estipulado no artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento no próprio organismo, tendo sido efetuada consulta à Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) enquanto Entidade Centralizada para Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), a qual declarou, a 16 de outubro de 2015, a inexistência, em reserva de recrutamento, de qualquer candidato com o perfil adequado ao posto de trabalho a ocupar, em virtude de ainda não ter decorrido qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento.

O presente processo assume a forma de procedimento concursal comum, constituindo-se reserva de recrutamento no organismo para todos os candidatos aprovados e não contratados, válida pelo prazo de 18 meses, nos termos do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

1 — Local de trabalho: cantinas, cafetarias e bares afetos aos Serviços de Ação Social da Universidade Nova de Lisboa.

2 — Caracterização do posto de trabalho: dois postos de trabalho a ocupar na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em conformidade com o estabelecido no Mapa de Pessoal aprovado para 2015 e caracterizados pelo desempenho das funções constantes do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, designadamente: ajuda na preparação, confeção, distribuição e empratamento de alimentos; na preparação de refeições ligeiras, manutenção da limpeza das instalações, lavagem de loiça grossa, atendimento na Caixa, no Bar e apoio nos Serviços de *Catering*. Os assistentes operacionais desem-